



Ciências Sociais Unisinos

ISSN: 1519-7050

periodicos@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Brasil

Muniz Thiago, Cristiane

A memória dos militantes gráficos do Rio de Janeiro sobre o golpe civil-militar de 1964

Ciências Sociais Unisinos, vol. 47, núm. 3, septiembre-diciembre, 2011, pp. 263-272

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=93821299010>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A memória dos militantes gráficos do Rio de Janeiro sobre o golpe civil-militar de 1964

The memory of militants of the printer trade union in Rio de Janeiro about the civil-military coup of 1964

Cristiane Muniz Thiago¹
cristhiago@hotmail.com

Resumo

Este texto discutirá as disputas em torno da memória de um dos episódios mais marcantes da história recente do país, o golpe civil-militar de 1964. Nossa investigação privilegia um grupo de militantes do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas do Município do Rio de Janeiro e as construções feitas por esses personagens sobre acontecimentos que culminaram no golpe de 1964. A construção e reconstrução da memória desse período e sua relação com as questões políticas mais proeminentes do grupo serão debatidas neste texto. Nossa análise terá como objeto entrevistas com velhos militantes e periódicos da categoria. Concluímos que diante de uma iminente crise político-institucional, deflagrada com o golpe de 1964, os elementos que sustentam a construção identitária da categoria são acionados e negociados. Essa memória, que é parte de uma experiência histórica do grupo, é também reconstruída no presente para legitimar ou questionar o papel dos atores sociais que ainda ocupam espaços de destaque na categoria.

Palavras-chave: memória, sindicalistas gráficos, golpe civil-militar de 1964.

Abstract

This paper discusses the struggle over the memory of one of the most remarkable episodes of the Brazilian recent history, the 1964 civil-military coup. Our investigation focuses on the militants of the Union of Printer Workers of Rio de Janeiro and their memories about the events that culminated in the 1964 coup. The construction and reconstruction of the memory of that period and its linkage with the printers' political issues will be discussed in the text. Our analysis takes into account interviews with old militants and Journals of the category. We conclude that in the face of an impending political-institutional crisis, especially after the 1964 coup, the elements that sustain the printers' identity construction are driven and negotiated. This memory, which is part of a historical experience of the group, is also reconstructed in the present to legitimize or contradict the role of social actors who still occupy prominent positions in the Union organization.

Key words: memory, militants of the printer trade union, civil-military coup of 1964.

¹ Professora de História do curso de Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão. Rua Raimundo José Pimenta, s/n, Floresta, 65200-000, Pinheiro, MA, Brasil.

Introdução

Este texto discutirá as disputas em torno da memória de um dos episódios mais marcantes da história recente do país, o golpe civil-militar de 1964. Nossa investigação privilegia um grupo de militantes do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas do Município do Rio de Janeiro (STIGRJ),² durante Sindicato dos Gráficos, e as construções feitas por esses personagens sobre os acontecimentos que culminaram no golpe de 1964. A construção e reconstrução da memória desse período e sua relação com as questões políticas mais proeminentes do grupo serão debatidas neste texto. Nossa análise terá como objeto as entrevistas com velhos militantes e periódicos da categoria. Concluímos que, diante de uma iminente crise político-institucional, deflagrada com o golpe de 1964, os elementos que sustentam a construção identitária da categoria são acionados e negociados. Essa memória, que é parte de uma experiência histórica do grupo, é também reconstruída no presente para legitimar ou questionar o papel dos atores sociais que ainda ocupam espaços de destaque na categoria.

O termo "gráfico" reúne de forma genérica e imprecisa um conjunto muito variado de trabalhadores com grau de escolaridade também diverso: tipógrafos (compositor manual), linotipistas (compositor mecânico), paginadores, mecânicos de linotipo, impressores, entre outros. A indústria gráfica atua em diferentes segmentos de produção, variando o tipo de material utilizado, a finalidade dos produtos, a tecnologia empregada e a escala de produção. Ao longo do texto, procuramos entender como essa diversidade característica do setor influencia a construção da memória dos sindicalistas gráficos sobre o golpe civil-militar de 1964.

Tomaremos como ponto de partida, para analisarmos a memória do grupo, a trajetória de alguns militantes que assumiram posições de liderança entre os trabalhadores gráficos nos anos 1960 e 1970. Esses militantes construíram sua identidade a partir de referências da própria categoria, mas também possuem particularidades que, por vezes, podem afastá-los do grupo. Alguns desses militantes foram considerados como exemplos a serem seguidos entre os gráficos. Outros, no entanto, têm uma trajetória marcada por ambiguidades e indefinições políticas, estando longe de atingirem um consenso entre os próprios militantes. Com o objetivo de entendermos essas trajetórias no contexto específico, seguiremos uma inquietação instigante proposta por Nadya Castro e Michel Agier. "Como o componente individual penetra trajetórias que se auto-representam como coletivamente orientadas?" (Castro e Agier, 1995, p. 131). Os autores propõem entender como dentro de um mesmo grupo social trabalhadores elaboram projetos individuais e coletivos, ou seja, "projetos de operários" e um "projeto operário".

Com efeito, o discurso dos líderes torna mais visível a construção de um projeto operário. Mas nosso interesse está também em revelar o líder como sujeito de um percurso e de um discurso pessoais, fazendo dele uma fonte de informações sobre si mesmo, e não tanto sobre os outros. Mesmo quando ele próprio se coloca como sujeito que fala "em nome de" ou "sobre" os trabalhadores que "representa" e "dirige", a singularidade de seu percurso, desviante do ordinário, nos permitirá concentrar a análise sobre diferentes modalidades de elaboração de um projeto operário (Castro e Agier, 1995, p. 132).

Onde encontrar nosso "líder" e como fazer esse paralelo entre ação coletiva, ou uma memória coletiva, e sua trajetória e memória pessoais? Traçaremos o perfil de alguns militantes gráficos que, ao nosso entender, construíram um projeto coletivo operário que incluiu o ativismo partidário e sindical como parte dessa concepção.

Nossa opção metodológica foi trabalhar as memórias desses militantes gráficos "enquanto expressão de um quadro sócio-histórico, sem esvaziá-las arbitrariamente de suas peculiaridades e singularidades" (Velho, 1999, p. 40). Acreditamos ser esse um caminho possível para explorarmos nosso objeto de forma pertinente. Estamos conjugando a análise de um momento específico da história do país, marcado pela censura e a repressão, e a história de um grupo de militantes que, assim como tantos outros grupos de trabalhadores organizados, experimentou os limites impostos pela ditadura civil-militar (1964-1985). Nosso objetivo é trazer os indivíduos para o centro da construção e da análise dessa história e, a partir dessas memórias, compreender como esses atores sociais construíram sua militância, destacando as influências políticas e sociais que marcaram seus posicionamentos na esfera pública. Pressupomos que a "singularidade dos percursos" e das memórias desses trabalhadores atuará como mediação para explicarmos questões mais gerais sobre a história dos sindicalistas gráficos da cidade do Rio de Janeiro. Nesse sentido, compartilhamos da perspectiva de Myrian Sepúlveda dos Santos sobre os autores Walter Benjamin e Herbert Marcuse: "Para esses autores, embora o passado seja sempre reconstruído a partir dos interesses do presente, ele tem uma dimensão que não está contida nas construções do presente" (Santos, 2003, p. 93).

Muitos e relevantes estudos têm problematizado diferentes aspectos do golpe civil-militar no país. Porém, são raros os trabalhos dedicados às representações dos trabalhadores sobre esse momento. Nossa texto terá como foco a memória de um grupo de militantes sindicais sobre o golpe de 1964. A reconstrução dessa memória, pelos militantes gráficos, é pautada pela necessidade de eleger "heróis", absolver "injustiçados" e apontar os "responsáveis" por um episódio que permanece vivo e atual na memória coletiva dos trabalhadores brasileiros. Longe de tentarmos eleger os responsáveis pelo golpe, caminhemos no sen-

² Com a criação do Estado da Guanabara em 1960, resultado da transferência da capital nacional para Brasília, o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Gráficas do Rio de Janeiro passa a se chamar Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas do Estado da Guanabara. Em 1974, no governo do Presidente Ernesto Geisel, foi aprovada uma emenda constitucional que autorizava a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. A partir de 1975, com a fusão dos dois estados, o Sindicato dos Gráficos passa a representar os trabalhadores do município do Rio de Janeiro (Evangelista, 1998).

tido de mapear e analisar, a partir da discussão dos conceitos de memória e identidade, os espaços ocupados pelos trabalhadores naquele momento.

Os trabalhadores das indústrias gráficas construíram sua identidade a partir de elementos como o domínio de um saber técnico profissional comum à categoria, o exercício de um tipo específico de política sindical e o pertencimento político-partidário. Poderíamos concluir, portanto, que suas memórias são experiências construídas a partir dos "quadros sociais da memória"? Maurice Halbwachs (1990) destaca que mesmo as experiências que definimos como mais particular são resultado dos quadros sociais da memória. No caso dos gráficos, poderíamos considerar o sindicato como parte dos quadros sociais que compõem a memória do grupo. No entanto, diante de um episódio marcante como o golpe de 1964, as dissonâncias no discurso dos velhos militantes gráficos abrem espaço para considerarmos a memória individual como tema relevante.

Parte da história dos trabalhadores nas indústrias gráficas do Rio de Janeiro ao longo do século XX foi materializada nos periódicos escritos pelos próprios trabalhadores. Nos anos 1960, dois jornais se destacam como órgãos representativos dos trabalhadores gráficos: *Voz do Gráfico*, jornal oficial do Sindicato dos Gráficos e *Notícias Gráficas*, jornal editado pelos gráficos ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). É importante ressaltar que, até 1963, os dois jornais mantiveram uma unidade política. Contudo, nas eleições sindicais para o biênio 1964-1965, essa unidade parece ruir. O grupo de *Notícias Gráficas* acusava a direção do sindicato de omissão com a classe trabalhadora.

Iniciaremos nossa análise por um episódio que nos apresenta importantes personagens dessa história. A campanha eleitoral do Sindicato dos Gráficos de 1963. Essa disputa é determinante para compreendermos os conflitos internos da categoria e como essas divergências balizam a construção e reconstrução da memória sobre o golpe de 1964.

Eleições sindicais de 1963

Desde meados dos anos 1950, os gráficos mantinham uma forte coesão na condução do sindicato. O então presidente da entidade, Giovanni Romita, foi eleito para o primeiro mandado em 1956 e reeleito sucessivamente por quatro mandatos. O consenso em torno do nome de Giovanni Romita era articulado pelos gráficos ligados ao PCB, partido cujos militantes tinham forte presença no Sindicato dos Gráficos. Em 1963, os militantes gráficos ligados ao PCB, que há quase três décadas apoiavam a direção da entidade, iniciam uma campanha pela renovação dos membros da diretoria do sindicato. Esse momento de ruptura é o ambiente privilegiado para analisarmos o papel ocupado por alguns dos nossos personagens ao longo dos anos 1960.

Apesar da preocupação existente na sociedade com as possíveis ameaças golpistas contra o governo do país, o ano de 1963 inicia com destaque para o avanço da estabilidade política. A mobilização pelas reformas de base (reforma agrária, constitu-

cional, bancária, administrativa) reunia trabalhadores confiantes na manutenção de um regime democrático. Portanto, esse seria, na avaliação de um grupo de sindicalistas gráficos, o momento para pressionar por mudanças na direção do sindicato. Giovanni Romita, presidente do Sindicato dos Gráficos desde 1956, um líder respeitado e reconhecido pelos gráficos, tem sua posição questionada pelos militantes comunistas no período que antecede as eleições sindicais de 1963.

Para os gráficos, o ano de 1963 termina com uma trégua nas disputas internas e a reeleição da então direção para mais um mandato. Podemos interpretar a busca pela "unidade" no discurso e na prática do movimento operário na medida em que o "avanço democrático" sofre constrangimentos. Desde a posse de João Goulart na presidência da República, em agosto de 1961, após a renúncia de Jânio Quadros, o país vivia um momento de instabilidade política. As pressões para a realização das reformas de base e a repressão contra movimentos organizados de trabalhadores agravaram essa conjuntura. Nos últimos meses de 1963, o momento político parecia extremamente desfavorável aos trabalhadores. No entanto, também não podemos deixar de considerar o processo de construção e reconstrução da identidade do grupo como fundamentais para a resolução do conflito.

Nesse contexto, a unidade dos gráficos foi possível no plano local, unindo novamente os sindicalistas comunistas à direção do Sindicato dos Gráficos. Contudo, desta vez os interesses dos gráficos são restritos pelo estado de exceção que passa a vigorar no país a partir de abril de 1964. A intervenção imposta pelo governo militar atinge diversas entidades sindicais e, para os gráficos, marca a deposição do presidente do Sindicato dos Gráficos, Giovanni Romita.

Um golpe para os trabalhadores

Durante a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985), o país experimentou a coexistência entre um Estado autoritário e a promoção de políticas de modernização econômica. Uma nova etapa do desenvolvimento econômico-industrial e a inserção do país na ordem capitalista mundial estavam em jogo. O auge dessa política situa-se com o chamado "milagre brasileiro". Vultosos investimentos foram feitos na implantação de novas tecnologias que permitiram um alto índice de produtividade da indústria nacional. No final dos anos 1970, entretanto, o "milagre brasileiro" havia se esgotado, e a organização dos trabalhadores volta a ocupar um lugar de destaque com o movimento iniciado no ABC paulista (Penna, 1999). Ainda que a história de reorganização dos trabalhadores a partir dos movimentos grevistas do ABC seja bem mapeada pela historiografia, poucos estudos dedicam-se ao interstício entre o início de 1964 e a abertura "lenta e gradual" dos anos 1970 ou se colocaram a questão sobre quais as memórias construídas pelos operários sobre esse período.

O primeiro governo militar, de Castelo Branco (1964-1967), irá criar uma série de restrições para a mobilização dos trabalhadores. Os dirigentes sindicais passam a ser submetidos

à aprovação de seus nomes pela polícia política e pelo Ministério do Trabalho para que possam concorrer em eleições em suas instituições de classe. Durante o governo de Castelo Branco, também foi criado, em 1966, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). O FGTS extinguiu a estabilidade no emprego, o que, consequentemente, impulsionou a desarticulação dos trabalhadores com o aumento da rotatividade nas empresas (Santana, 2009).

Muitas foram as intervenções em sindicatos e as destituições de suas diretorias democraticamente eleitas. Como forma de questionar os cerceamentos sofridos pelas entidades sindicais, restava uma resistência silenciosa dos trabalhadores nas fábricas e nos seus locais de moradia. Em uma matéria publicada no jornal *Correio da Manhã*, em abril de 1968, temos um panorama, mesmo que parcial, da situação das entidades sindicais no país. Se considerarmos esses dados como próximos à realidade,³ não podemos esquecer que mesmo em instituições com diretorias democraticamente eleitas a pressão para a manutenção de uma determinada linha política era exercida pelo clima de repressão instalado no país. A matéria trata de um relatório produzido pelo Departamento Nacional do Trabalho (DNT), que destaca uma "normalidade" na vida sindical brasileira que não encontrava correspondência na realidade.

Diz o relatório que "prosseguiu o esforço no sentido de liberação de entidades sindicais que se encontram sob regime de intervenção. São expressivos, no entender do DNT [Departamento Nacional do Trabalho], os seguintes números: estavam sob intervenção 425 entidades em 1964; em dezembro de 1967, 42 entidades permaneciam em tal situação. Ao término deste exercício, restam apenas 18 entidades em regime de exceção. Encontram-se sob Juntas Governativas, integradas quase todas por elementos da própria classe, 79 entidades. Revela-se conhecer que há devidamente registradas 5.138 entidades sindicais em todo o País. Esses números evidenciam a existência de um clima de absoluta normalidade na vida sindical brasileira. Deve-se atentar para o fato de que a instituição de Juntas Governativas representa apenas um breve hiato na vida do sindicato, motivado pela necessidade de assegurar continuidade à administração, nas quadras em que surgem circunstâncias que, alheias aos interesses do próprio quadro associativo, condicionam solução transitória (Correio da Manhã, 1968).

Em 1967, o marechal Artur da Costa e Silva assume a presidência do país. Segundo presidente do pós-1964, seu governo pode ser caracterizado pela intensificação da repressão aos movimentos de resistência ao regime instaurado. Em dezembro de 1968, é decretado o Ato Institucional nº 5⁴. Alguns meses após a publicação do relatório produzido pelo DNT, com a con-

solidação da repressão, as entidades sindicais passaram a sofrer ainda mais os efeitos da repressão, alterando o quadro exposto anteriormente. Uma matéria publicada no *Jornal do Brasil*, em fevereiro de 1969, descreve os efeitos do AI-5 para a vida sindical brasileira.

Cerca de 100 dirigentes sindicais foram destituídos dos cargos que ocupavam em sindicatos de vários Estados, por ato do Ministro do Trabalho, coronel Jarbas Passarinho.

Em sua exposição de motivos, o coronel Jarbas Passarinho considerou a medida dentro do "espírito que ditou o Ato Institucional nº. 5", e observou que "as entidades sindicais devem ter o seu quadro diretivo e suas representações escoimadas daqueles que, embora eleitos e empossados, não demonstraram condições para garantir a disciplina da entidade em consonância com a ordem social vigente". [...] A portaria do Coronel Jarbas Passarinho considerou que "a este ministério cumpre zelar pela manutenção do clima de paz social, a fim de que possam ser encaminhados à adequada solução os problemas surgidos nas áreas de atuação sindical". "Passarinho afasta líderes sindicais porque eles não 'garantiram a disciplina'" (Jornal do Brasil, 1969, p. 15).

O que o ministro do Trabalho chamava de "clima de paz social" representa limitação das atividades democráticas, novas prisões e tortura para muitos militantes políticos. A vida sindical sofre mais um duro impacto a partir desse momento. No Rio de Janeiro, o Sindicato dos Gráficos mantém sua direção. Alguns de seus dirigentes, porém, são presos, e iniciativas de oposição construídas pela categoria são eliminadas nesse processo. A partir da decretação do AI-5, quais as perspectivas para os operários brasileiros?

Para o movimento operário e sindical, começa mais um momento de espera e ações subterrâneas. A situação se agrava com a chegada à presidência do general Emílio Médici. Seriam necessários mais dez anos para que o movimento operário viesse à tona novamente, abrindo uma de suas mais luminosas etapas. Enquanto isso, como já haviam feito em muitos períodos de sua história, os trabalhadores brasileiros voltarão ao trabalho silencioso do interior das empresas, construindo cotidianamente sua vida de trabalho e luta (Santana, 2009, p. 166).

O caminho seguido por muitos trabalhadores naquele momento seria definido por uma estratégia de ação silenciosa dentro dos espaços possíveis. O que fizeram os trabalhadores gráficos no pós-1964 e quais suas estratégias adotadas em vista do aumento da repressão após a decretação do AI-5?

³ "Entre 1968 e 1978, a censura política [exercida pelo estado para resguardar seus interesses] à imprensa escrita no Brasil agiu de duas formas: através de telefonemas, anônimos ou não, de ordens escritas, apócrifas ou não, encaminhadas às redações dos jornais, e de acordos fechados com os proprietários de grandes órgãos de divulgação, ou através da censura prévia" (Aquino, 1999, p. 222).

⁴ O AI-5, como ficou conhecido, intensificou as arbitrariedades cometidas pela ditadura, limitando ainda mais qualquer tipo de atividade democrática no país. O AI-5 foi decretado em dezembro de 1968 e vigorou até dezembro de 1978 (Reis, 2005).

O componente individual nas memórias dos gráficos

No caso do Sindicato dos Gráficos, o início da ditadura marca a cassação do mandato de Giovanni Romita, a perseguição de vários militantes e a desarticulação da categoria. Porém, esse processo foi experimentado de forma diversa pelos militantes do Sindicato dos Gráficos. O gráfico aposentado Jairo dos Santos narra com detalhes, a partir de uma perspectiva muito particular, os primeiros meses de 1964. Jairo dos Santos nasceu no Ceará, filho de linotípista, começou como ajudante de linotípista e ajudante de mecânico no mesmo jornal em que seu pai trabalhou. No entanto, foi no Rio de Janeiro que passou a trabalhar no ramo de casas de obras (produção de trabalhos comerciais como livros e folhetos). Após o falecimento do pai, em meados dos anos 1940, resolveu migrar para o Rio de Janeiro, onde já vivia parte de sua família. Depois de uma viagem de 14 dias de navio, Jairo chegou à cidade do Rio de Janeiro, e, como ele mesmo disse, a partir daí "começa outra história".

No jornal em que trabalhou em Fortaleza, apenas uma máquina de linotipo, ultrapassada, dividia espaço com as antigas máquinas de composição manual. No Rio de Janeiro, encontrou gráficas mais bem equipadas e salários bem maiores que os oferecidos no Ceará. A infância pobre no Ceará foi cedendo espaço para outro tipo de vida no Rio de Janeiro. O orgulho que relata ter da profissão certamente está associado a uma mudança no padrão de vida obtido com as novas oportunidades de trabalho. Jairo dos Santos, que já havia ocupado o cargo de secretário sindical do PCB em Fortaleza, no Rio de Janeiro, torna-se sócio do Sindicato dos Gráficos em novembro de 1947. Sua proximidade com os gráficos comunistas do Rio de Janeiro faz com que ele ocupe o cargo de secretário no jornal *Notícias Gráficas* (periódico editado pelos gráficos comunistas).

Para Jairo dos Santos, reconstruir a memória dos primeiros anos da ditadura militar no Brasil significa reafirmar as injustiças que o então presidente do Sindicato dos Gráficos, Giovani Romita, suportou em 1964. Na visão do entrevistado, Romita teria sofrido com a prisão e a tortura, mesmo não sendo comunista. Além disso, ele também seria "injustiçado" com a incompreensão dos que "não viveram a tortura" e o acusavam de ter "entregado" outros sindicalistas. Para Jairo, se Romita delatou alguém, isto seria explicado pela violência da polícia política e não pela falta de comprometimento com o grupo. Considerado uma ameaça pela polícia política em vista de seus posicionamentos políticos, Romita foi afastado do sindicato. Com sua saída, uma nova conjuntura se colocava para a categoria.

A presidência do Sindicato dos Gráficos, logo após a cassação de Romita, é assumida por Oswaldo Góes. Gráfico linotípista e membro da diretoria eleita em 1963, Góes permanece no cargo até 1966. Walter Torres é o sucessor de Góes e, assim como o dirigente anterior, fez parte das sucessivas diretórias de Giovanni Romita. A manutenção de membros da própria categoria nas juntas governativas intervencionistas ou, até mesmo, a ocorrência de eleições sindicais não representam a retomada da liberdade sindical. Walter Torres, por exemplo, tem sua posição política questionada e investigada a cada nova eleição no sindicato. Não obstante, diferentemente de outros sindicalistas gráficos, aqueles com atuação política mais efetiva, Torres nunca foi impedido de participar das eleições sindicais seja pela polícia política ou pelo Ministério do Trabalho.

As narrativas sobre o período da ditadura no Sindicato dos Gráficos ilustram um momento difícil para a articulação da categoria. É um período de ruptura com uma trajetória ascendente dos trabalhadores gráficos. O sócio número um do Sindicato dos Gráficos, Henrique Prata Peixoto, ou simplesmente *Tamborim*, declara em uma entrevista ao jornal *O Gráfico*⁵ suas impressões sobre as mudanças no pós-1964.

O Gráfico - Que diferença você vê entre a atuação do Sindicato atualmente e no passado?

Tamborim - Antigamente havia razão para freqüentar o Sindicato, porque as assembleias permitiam um debate franco sobre os problemas da categoria. Lembro-me de que até 1964 o presidente Giovani Romita, que foi deposto, dava a palavra aos presentes nas assembleias e era a partir desses debates que chegávamos às decisões. Isso já não acontece. "Chumbada Gratificante" (O Gráfico, 1981, p. 1).

A deposição do presidente do Sindicato dos Gráficos em 1964 inicia um período de restrições à atuação sindical. Tamborim descreve como principal mudança desse período a extinção do debate na vida político-sindical, processo também experimentado por outras categorias de trabalhadores, intelectuais, estudantes etc. Diante dessa conjuntura, estamos interessados em pensar (i) o momento de ruptura marcado por 1964 e (ii) o que esse episódio representa na construção da memória dos militantes gráficos cariocas. Para alguns militantes, o fechamento do diálogo é acompanhado de uma política assistencialista por parte da instituição. "Após a intervenção militar na vida política, social e sindical brasileira, [o presidente] Walter Torres passa a dar ao sindicato uma atuação assistencialista, criando algumas cooperativas"⁶.

A trajetória político-sindical de muitos gráficos começou a sofrer mudanças até então não previstas nos primeiros dias de abril de 1964. Em 1964, Jairo dos Santos era chefe da oficina da

⁵ *O Gráfico* foi lançado no Rio de Janeiro em 1981. O jornal era produzido pela oposição do Sindicato dos Gráficos.

⁶ "Gráficos: um exemplo de luta operária". SINDGRAF – Órgão do Sindicato dos Oficiais Gráficos de Niterói. ANO I, N°1 – agosto 1989. Um dos exemplos dessa política, chamada de assistencialista, promovida pelo Sindicato dos Gráficos seria a criação da "Cooperativa Pindorama", uma cooperativa habitacional dos gráficos, fundada em 1967.

Gráfica Companhia Editora Americana; a empresa era dirigida por pessoas próximas ao então deputado federal Leonel Brizola.⁷ Um grupo de militares que se opunham ao golpe reuniu-se na gráfica, localizada no centro da cidade do Rio de Janeiro, para uma tentativa de articular uma resistência armada ao golpe. As articulações para a resistência não foram bem-sucedidas, e o grupo deixa a gráfica e se dispersa pela cidade.

Eu correndo! Olha foge que acabou o movimento, nós perdemos a batalha, corre fulano, você desaparece. E agora o Jairo, tudo mundo entrou nos seus carros. E agora? Não tinha boatequim aberto, não tinha trânsito, eu queria fumar um cigarro, não tinha. Chegava a procurar pelo chão uma guimba, chorando. [...] Eu levei dois dias dormindo praticamente porque eu não aceitava aquela derrota de jeito nenhum (Jairo dos Santos, 2010, entrevista).

O momento é lembrado com um sofrimento visível, é a primeira "derrota" no pós-1964. Mas o isolamento causado pelo impacto do golpe e da impossibilidade de resistência não significou o total afastamento de nosso personagem da militância política. Ainda em 1964, Jairo foi preso e teve seus direitos políticos cassados. O período na prisão e os momentos de tortura são representados por um silêncio que resume o sofrimento de muitos militantes políticos. Em 1965, já em liberdade, Jairo concorre na primeira eleição sindical dos gráficos após o golpe. Com o atestado ideológico negado, Jairo não toma posse. "Fui cassado, perdi meu mandato aqui. Tentei duas vezes as eleições, o DOPS barrou. Disse: 'Esse aqui não pode'! E esse aqui era o Jairo". Sua atuação no sindicato dos Gráficos estava ainda mais limitada, e ele passa a frequentar a sede com longos períodos de intervalo, "pra não criar problema para os diretores. Porque eu não queria que houvesse intervenção no meu sindicato. Porque intervenção naquele tempo era lugar comum, entendeu"? (Jairo dos Santos, 2010, entrevista).

Outras gerações chegavam ao Sindicato dos Gráficos e também construíam sua estratégia para participar da instituição de classe. Valdir Fraga Junior é natural de Itapemirim, no Espírito Santo, chegou ao Rio de Janeiro em 1962, prestou serviço militar e permaneceu na cidade à procura de emprego. Esse personagem havia aprendido a profissão de linotipista em uma escola técnica em Vitória, no Espírito Santo. Em 1963, Fraga Junior passa a frequentar o Sindicato dos Gráficos, mas define como impossível conseguir um atestado ideológico para participar das eleições sindicais no pós-1964.

Pedir atestado de ideologia o DOPS não dá, quer dizer, não adianta tentar fazer chapa que não vai dar. Agora aquilo pra mim era como se tivesse me dando uma medalha. Primeiro porque eu não queria fazer parte. Segundo, se eles não querem, por que eles não querem? Porque eu não sou igual a vocês (Valdir Fraga Junior, 2010, entrevista).

As restrições que Fraga Junior tinha em relação à direção do sindicato não o impediram de continuar frequentando a instituição e de usar o espaço para articulações políticas que divergiam do posicionamento oficial do sindicato. Se, por um lado, ele respeita o posicionamento de personagens como Walter Torres, a "medalha" é um importante elemento de distinção. Durante a ditadura, a impossibilidade de fazer parte de uma chapa no sindicato certamente era recebida como uma derrota, mas a reconstrução desse episódio no presente permite a atribuição de um valor positivo ao acontecimento.

Em agosto 1968, poucos meses antes do Ato Institucional nº 5 ser decretado, Fraga Júnior lança, na sede do Sindicato dos Gráficos, o jornal *7 de Fevereiro*, em homenagem ao dia nacional dos gráficos.⁸ Nas entrevistas e conversas informais no sindicato, a greve de 1923 é relembrada como um importante episódio da história da categoria, um símbolo da militância sindical que era reafirmado com a escolha da data para o nome do jornal.

E eu estava ali dentro, né, tentando falar alguma coisa, fazendo o jornalzinho. Nós pedimos como era norma democrática que o jornal 7 de Fevereiro usasse o nome, o endereço do sindicato pra registrar, eles negaram oficialmente (Valdir Fraga Junior, 2010, entrevista).

O Sindicato dos Gráficos não apoiou a criação do jornal, que tinha como suposto objetivo reunir militantes que haviam se afastado da instituição após o golpe de 1964. Mais do que isto, tratava-se de uma iniciativa que marcava uma oposição, mesmo que moderada, à direção do sindicato e aos rumos que a instituição havia tomado no pós-1964. Não obstante, o lançamento do periódico é anunciado, com uma pequena nota, no *Voz dos Gráficos*, jornal oficial do Sindicato dos Gráficos.

No dia 3 de agosto foi inesperadamente lançado, com singela cerimônia na aprazível sede nova de nossa entidade [...] o jornal "7 de Fevereiro", que se dispõe a lutar pela classe. [...] VOZ DO GRÁFICO congratula-se com todos pelo aparecimento de "7 de Fevereiro" que terá, esperamos nós, uma jornada tão gloriosa quanto foi glorioso o dia 7 de Fevereiro (Voz do Gráfico, 1968, p. 1).

⁷ Leonel de Moura Brizola nasceu no Rio Grande Sul, onde iniciou sua vida política. Filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foi eleito deputado estadual, deputado federal, prefeito de Porto Alegre e governador do Rio Grande Sul. Em 1961, liderou movimento para garantir a posse de João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros. Em 1964, exercendo o cargo de deputado federal pelo Rio de Janeiro, Leonel Brizola chega a organizar, no Rio Grande do Sul, um movimento de resistência ao golpe, mas acaba por se exilar no Uruguai (Reis, 2005; Folha Online, 2004).

⁸ "Em 7 de fevereiro de 1923, é iniciada uma greve dos trabalhadores gráficos de São Paulo. Após 42 dias de paralisação, as reivindicações dos trabalhadores são aceitas na íntegra pelos empregadores. A partir daquele ano, o dia 7 de fevereiro passou a ser comemorado pela categoria como o "Dia do Trabalhador Gráfico" (Blass, 1986).

O evento parece ter surpreendido os membros da direção do sindicato. Coagido pelo acontecimento inesperado, o presidente do Sindicato dos Gráficos, Walter Torres, faz um pronunciamento parabenizando a iniciativa do surgimento do periódico. No entanto, como explicar o uso do espaço da entidade para a realização da cerimônia que apresenta o *7 de Fevereiro* à categoria?

E o engraçado que quando nós lançamos o jornal, interessante que eles estavam promovendo, eles sempre promoviam festas, bolinho, salgadinhos e nós aproveitamos aquela festazinha deles. Não falamos nada, e falamos, olha hoje vai ser inaugurado o jornal e vocês vão pra lá que tem salgadinho, tem isso e aquilo (Valdir Fraga Junior, 2010, entrevista).

A estratégia de sobrevivência política para alguns militantes incluía fazer uso do espaço do sindicato, comprometer a direção da entidade com a iniciativa de um determinado grupo de gráficos e, ao mesmo tempo, legitimar o novo periódico. Segundo Fraga Júnior, a iniciativa reuniu alguns velhos militantes comunistas e outros membros da categoria. Fraga se define como comunista, mas também faz questão de enfatizar que nunca pertenceu ao PCB, o que não impedia seu diálogo com alguns membros do partido.

A iniciativa do jornal foi tolerada pela direção do sindicato, mas os constrangimentos impostos pela promulgação do Ato Institucional nº 5 iriam alterar esse cenário. Nos primeiros meses de 1969, a campanha salarial não atinge os objetivos desejados pelos gráficos. A categoria resolve como forma de protesto, recusar a realização de horas extras. Essa atitude, que em períodos democráticos provavelmente não teria maiores impactos, chama a atenção da polícia política. Walter Torres, presidente do Sindicato dos Gráficos, é chamado ao DOPS para prestar esclarecimentos sobre a mobilização da categoria. Em seu depoimento, Walter Torres também é questionado sobre a circulação do jornal *7 de Fevereiro* nas dependências do sindicato.

Que o declarante não reconhece como órgão oficial da classe gráfica o jornal "Sete de Fevereiro"; que o declarante reafirma ser o órgão oficial da classe o boletim "Informativo da classe" denominado "Voz do Gráfico"; Que apesar de ter reiterado por diversas vezes, inclusive no dia de ontem ao diretor responsável pelo "Sete de Fevereiro", o gráfico Valdir Fraga Júnior, que não levasse para dentro da sede sindical ou ali fizesse distribuição do referido órgão, não vem sendo atendido pelo mesmo, pois diariamente o mesmo cola no televisor um exemplar, com fita durex e tem uma estante com aproximadamente 30 exemplares do referido órgão "Sete de Fevereiro" tudo isso no interior da sede do Sindicato; Que o declarante sabe que o re-

ferido órgão é distribuído aos gráficos nas oficinas do Estado da Guanabara (Polícia Política/RJ – DOPS).

O depoimento de Torres é classificado como “ambíguo” pela polícia política. Para os órgãos da repressão, ficava evidente a tolerância e até a colaboração do sindicalista ao *7 de Fevereiro*, atitude que não seria mais aceita. Nos primeiros meses de 1969, a repressão aumentava sua atuação, e, se foi possível, para Walter Torres, permitir a circulação de um jornal de oposição no sindicato por alguns meses, essa “liberdade” parecia estar prestes a se esgotar. Por ordem do DOPS, e com a anuência da diretoria do Sindicato dos Gráficos, que certamente agia sob pressão, o último número que circulou do jornal foi queimado dentro da própria sede da entidade de classe. Com seis meses de existência, o *7 de Fevereiro* teve sua trajetória encerrada. Fraga Júnior avalia a atitude da direção do sindicato como parte de uma estratégia e da própria convicção política de Walter Torres de que o sindicato deveria auxiliar o Ministério do Trabalho. Apesar de enfrentar maiores limitações, Fraga Júnior conseguiu manter sua liberdade e sua atuação política mesmo após o fim da circulação do *7 de Fevereiro*. Em 1972, entretanto, o militante foi preso por “atos de tentativa de subversão a ordem político-social”. Seguiu-se, então, um período de muitas privações e uma brutal sequência de torturas, que Fraga relembra com dificuldades. Dessa vez, o DOPS investigava sua ligação com um grupo da União da Juventude Patriótica (UJP), ligado ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Fraga não pertencia ao PCdoB, mas sua aproximação com alguns membros do partido acabou por precipitar sua prisão. Em 1975, o militante foi julgado e absolvido pelo Tribunal Militar.

Para alguns atores desse processo, a posição do Sindicato dos Gráficos, de em parte colaborar com os órgãos da repressão, é compreensível diante da conjuntura política. Walter Torres poderia ser chamado de “pelego”, mas, para alguns militantes, isso não significa dizer que ele era um “traidor”. A avaliação dos sindicalistas sobre os membros da diretoria naquele momento é repleta de julgamentos e valores que definiam a própria convivência de diferentes grupos no interior do sindicato. Se, por um lado, Walter Torres se eximia da responsabilidade em relação ao *7 de Fevereiro*, segundo Fraga Júnior, ele também era capaz de tentar minimizar a importância política do periódico e até mesmo alertar os responsáveis pelo jornal sobre as possíveis represálias da polícia política.

Walter Torres também tem sua trajetória formalmente reconhecida dentro do Sindicato dos Gráficos. O Departamento dos Aposentados⁹ homenageou Torres conferindo o nome

⁹ O Departamento de Aposentados dos Gráficos é um órgão vinculado à estrutura do Sindicato dos Gráficos, mas com autonomia administrativa. Fundado em 1983, o departamento teve como primeiro presidente Nilton Domingues Pedrosa. Para sua fundação, a entidade contou com o apoio da Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio de Janeiro (FAAPERJ), presidida na época por Elizeu Alves de Oliveira, ex-militante da Aliança Nacional Libertadora, sindicalista e ex-vereador da cidade do Rio de Janeiro. Elizeu Alves, como outros militantes, teve suas atividades políticas limitadas no pós-1964. Nos anos 1980, Elizeu retorna à vida pública e se aproxima de Pedrosa por atuar em espaços comuns.

do "saudoso companheiro"¹⁰ à sala ocupada pelos aposentados no sindicato. Essa geração de velhos militantes que valoriza a memória de Walter Torres é a mesma que disputa desde o início dos anos 1980 um "novo" lugar no Sindicato. Após anos de ativismo sindical, esse grupo reivindica o direito de permanecer no sindicato como aposentados. A disputa de território é mais uma etapa da militância desses homens que, além de garantir um espaço fora do prédio principal para realização de suas atividades, conquistaram o pátio da instituição como um espaço "reservado" para seu novo papel social. Uma placa indica: "Praça dos Aposentados Gráficos – fundada em 21/10/1989".

Um dos fundadores e atual presidente do Departamento de Aposentados, Nilton Domingues Pedrosa, nos anos 1980, posicionou-se abertamente contra a filiação do sindicato à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Ele foi um dos responsáveis pela articulação que impediua ascensão do grupo dessa central nas eleições sindicais de 1988. Esse episódio dos anos 1980 é fundamental para entendermos o que está em disputa na reconstrução da memória do Sindicato dos Gráficos durante a ditadura. Quando Pedrosa valoriza sua atuação sindical no pós-1964, também está desqualificando a oposição sindical dos anos de 1980. Para Pedrosa, o sindicato ganha mais espaço em sua vida justamente durante o período de exceção.

Aí veio a "redentora", eu chamo de "redentora" que foi o golpe militar. Mas aí nesse ínterim, eu já comecei a me familiarizar com o sindicato também, as horas que tinham [...] sobrava pouco tempo, mas o pouco tempo que sobrava eu saía ia pro sindicato [...] Não sei se por causa da maneira de eu falar, o timbre de voz, eu assumi uma liderança, tudo o que o pessoal queria vinha comigo [...] Veio a "redentora" aí o que aconteceu, em cada gráfica grande eles botaram, um coronel. Lá no Jornal do Brasil foi um almirante, que era a parte mais dura da redentora, da revolução era a Marinha, que foi a Marinha que fez mais caça às bruxas (Nilton Domingues Pedrosa, 2008, entrevista).

Sua participação no sindicato, nas discussões políticas e seu ativismo nas empresas em que atuou fizeram deste militante mais um alvo da repressão. Segundo Pedrosa, certo dia, um assistente do almirante responsável pela censura no *Jornal do Brasil* advertiu-o que "sua batata estava assando". Acuado e, segundo o próprio, temeroso por sua família – nessa época já era casado e pai de uma filha – teria pedido para ser afastado do jornal. De forma contraditória, a perda do emprego o aproximou do sindicato, pois sobrava mais tempo para frequentar a instituição. Quando perguntado sobre a situação política do sindicato naquele momento, ele destaca as perseguições aos dirigentes sindicais, mas também indica que era possível manter a militância política, mesmo que de forma restrita.

Tivemos gente morta e tudo aqui, colegas como o Newton de Oliveira [...] Dizem que ele se suicidou, eu acho que suicidaram ele, mas tudo bem. Tivemos o Raimundo Alves preso, tivemos vários perseguidos aqui, eu felizmente não fui. Esse Cruz, Zé Maria Cruz também foi perseguido, teve que ir pra Miguel Pereira se esconder lá com a família, a esposa e o filho. Quer dizer, teve várias "caças às bruxas". Eu felizmente fiquei lá, mais ou menos quieto. Eu vinha aqui [no sindicato] mas só pelas beiradas né. Porque aí eu já comecei a ver, você tem que saber se posicionar, eu não sou leão, não ia colocar a cabeça na força (Nilton Domingues Pedrosa, 2008, entrevista).

Pedrosa questiona o regime que ele chama de "redentora" ao mesmo tempo em que delimita sua militância por um padrão de segurança que permitiu que ele se mantivesse longe de maiores problemas com a repressão ao longo da ditadura. Ele cita os militantes gráficos que foram perseguidos e até mortos pelo regime militar como exemplos de uma fatalidade que ele buscou evitar para sua própria trajetória. Com a abertura política, Pedrosa, já aposentado, permaneceria na militância política na esfera do sindicato, tendo uma preocupação particular com os aposentados da categoria.

A reconstrução da memória da militância sindical durante a ditadura, pelos militantes gráficos, é pautada pela necessidade de eleger "heróis", absolver "injustiçados" e apontar os "responsáveis" por episódios que permanecem vivos e atuais na memória coletiva dos trabalhadores brasileiros. Apesar de alguns consensos, adjetivar os personagens dessa história é um processo de disputa entre os gráficos, numa tentativa de legitimar alguns nomes e desqualificar tantos outros.

Em um artigo do jornal *Tribuna Socialista*, uma publicação do Partido Democrático Trabalhista (PDT), diretores que ocuparam cargos nos anos da ditadura, ou mesmo aqueles que foram cassados no pós-1964, são classificados como "pelegos" e "oportunistas".

Nós, Gráficos do Rio de Janeiro, não podemos nos deixar contaminar pelo comodismo criminoso de uma diretoria oportunista, pelega, obediente a uma ditadura cujo ódio à classe operária se manifestou através de prisões, torturas e crimes, praticados não só a trabalhadores como a estudantes e intelectuais. Lamentavelmente, a diretoria de nosso sindicato, traidora da corporação, tornou-se proprietária do nosso portavoz, funcionando em consonância com a ditadura militar, chegando ao descalabro de denunciar companheiros sindicalistas como aconteceu com o grupo de Notícias Gráficas denunciado por Giovanni Romita, Walter Torres, Oswaldo Góis Paixão, Arnaldo e o pelegão Cyro da Costa Rosa. Este, como Walter Torres, continuam como diretores do Sindicato e informantes do SNI. Além de estarem aboletados na Justiça Trabalhista como vogais.¹¹ "Um chamado à corporação dos gráficos" (Tribuna Socialista, 1984, p. 2).

¹⁰ Uma placa na entrada da sala dos aposentados traz os seguintes dizeres: "Sala Walter Torres/ homenagem ao saudoso companheiro/13-12-1992".

¹¹ Alguns dos nomes citados nesta carta são referenciados em outros momentos como ocupando outro papel na estrutura sindical que não o de "delatores". Esse antagonismo entre alguns materiais dos anos 1980 e o papel que esses indivíduos ocupam hoje na memória de alguns gráficos diz mais respeito aos conflitos daquela década do que propriamente aos anos 1950, 60 e 70.

A leitura da citação acima não pode ser feita sem avaliarmos o tipo de construção que os sindicalistas dos anos 1980 estavam fazendo sobre o passado sindical do país. As últimas décadas do século XX conviveram com o surgimento de um conjunto de práticas sindicais que receberia o nome de "novo sindicalismo",¹² cuja reivindicação era romper com as práticas do sindicalismo "populista"¹³, característica associada, nesse contexto, ao movimento sindical do pré-1964. Nessa disputa política, desqualificar o "velho sindicalismo" e seus personagens faz parte da elaboração da imagem desses novos atores sociais. No processo de construção e definição do "novo sindicalismo", no caso do Sindicato dos Gráficos, também encontramos a associação entre as ações sindicais do pré-1964 e do pós-1964 (Santana, 1999). Isso explicaria a reunião de nomes como Giovanni Romita e Walter Torres como fazendo parte de um conjunto comum de práticas sindicais. Para essa geração de "novos" militantes sindicais, há uma percepção da história do sindicato que privilegia a noção de continuidade entre as direções que antecederam o golpe de 1964 e as que assumem os cargos no pós-1964. Nessa perspectiva, personagens como Giovanni Romita e Walter Torres seriam desqualificados por uma nova geração de militantes.

É, portanto, importante marcarmos as diferenças entre a política sindical do pré-1964, associada aos comunistas e com uma preocupação de atuação mais próxima aos trabalhadores, e o sindicalismo do pós-1964, caracterizado pelo distanciamento das bases dos trabalhadores. No caso dos gráficos, é possível mapearmos episódios de práticas sindicais que se extinguiram com o golpe civil-militar. Podemos citar, como exemplo de aproximação entre algumas lideranças sindicais e a base de operários, o trabalho realizado pela Comissão de Propaganda da Campanha Salarial. Essa comissão reunia os gráficos em diferentes locais da cidade para a preparação da assembleia geral que iria discutir a campanha salarial. Em 1963, a comissão de trabalhadores, que contava com nomes como o do comunista Newton Eduardo de Oliveira, ficou responsável por organizar os encontros nos locais próximos às gráficas mais importantes da cidade. Naquele ano, as reuniões preparatórias para a campanha salarial aconteceram no próprio Sindicato dos Gráficos, reunindo trabalhadores de gráficas do centro da cidade do Rio de Janeiro; no Sindicato dos Metalúrgicos, para os gráficos de São Cristóvão e Jacaré; no Sindicato do Papel e Papelão, para os gráficos da que trabalhavam próximo à Central do Brasil e, por fim, no Centro Beneficente e Recreativo de Lucas, para os trabalhadores da Zona da Leopoldina. Esses encontros contavam com presença de trabalhadores das gráficas da *Manchete* e do IBGE, reunindo, em princípio, uma grande quantidade de operários (*Voz do Gráfico*, 1963, p. 2).

Na conduta do Sindicato dos Gráficos, é possível identificarmos diferenças entre práticas sindicais ao longo das décadas de 1960 e 1970. Temos de lembrar que os responsáveis pelo sindicato após o golpe não estavam em disputa com os comunistas no pré-1964, mas, ao contrário, ocupavam cargos nas chapas apoiadas pelos comunistas. Nesse caso particular, as continuidades são mais evidentes que em outros exemplos registrados pela historiografia.

No Sindicato dos Gráficos, a leitura do passado carregada de adjetivos pejorativos sobre os diretores que ocuparam cargos após 1964 está presente na fala de uma geração de gráficos que recebeu como herança a história da categoria. Esse é o caso de Edilberdo Silva, ex-militante da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Edilberto inicia sua vida sindical em 1975, mas reconstrói com propriedade a história do Sindicato dos Gráficos dos anos 1960. Sua fala destaca as histórias que os ex-presidentes contaram sobre a presença da polícia no sindicato e a perda de boa parte do acervo da instituição.

Nesse período [durante a ditadura], o sindicato estava quase, um reflexo, um descenso, vamos dizer assim, um descenso. O nosso sindicato aqui ele foi muito invadido pela ditadura, né. Muitos policiais aqui dentro, pegaram muitos documentos, né. Inclusive os ex-presidentes da época contavam pra gente que vasculharam aí documentos, muitos documentos perdidos, né, muita história perdida, né. E o Sindicato naquela época, no meu entendimento, né, no meu entendimento, não estava bom, estava fraco. Fraco porque os diretores que estavam na época foram cooptados. Naquele período ditatorial eles cassaram os grandes líderes sindicais, né. Só não foram cassadas as pessoas que fecharam com eles, né, elas ficaram. Os que não concordavam foram presos, tiveram que se exilar ou abandonaram tudo, né. Então o sindicato estava mal, estava mal. Os acordos eram acordos de fachada, acordos que interessavam mais o patrão que o trabalhador. Inclusive eu lembro que nesse período não se fazia greve, viemos fazer greve foi em 88 aqui no sindicato, período ditatorial, né. Em 88, nós fizemos uma greve aqui (Edilberto Silva, 2008, entrevista).

Para analisarmos a construção que esse grupo faz do passado político-sindical do país, temos que recorrer a uma importante reflexão feita por Pollak: [...] "acredito que entre o 'falso' e o 'verdadeiro', entre aquilo que o relato tem de mais solidificado e de mais variável, podemos encontrar aquilo que é mais importante para a pessoa" (Pollak, 1992, p. 10). Para os iniciados na vida sindical nos anos 1970, a importância de marcar um recomeço da vida político-sindical reduz o período do pós-golpe às práticas sindicais dos "cooptados".

¹² Alguns autores apontam para as continuidades entre o chamado "velho" e o "novo" sindicalismo. "Poderemos verificar que, constituído neste quadro, servindo-lhe mesmo de base, o corte entre o novo e o velho sindicalismo, da forma como se estabeleceu, acabou por obscurecer as continuidades e pontos de contato existentes na prática organizativa dos trabalhadores, bem como os limites a ela impostos. Mais ainda, baseando-se em pesquisas recentes, pode-se observar um reducionismo nas visões sobre o passado que serviriam para a ideia de ruptura total entre o novo e o velho" (Santana, 1999, p. 135).

¹³ O sindicalismo "populista" seria definido, dentro de uma perspectiva do "novo sindicalismo", por seu distanciamento das bases, pouco interesse nas questões imediatas dos trabalhadores, participação na estrutura sindical corporativa (Martinho, 1996).

Essa leitura do passado propicia o enquadramento dos dirigentes sindicais do pós-1964 em categorias acusatórias como "pelegos". Para esses militantes que não conviveram com as ambiguidades latentes dos anos de maior repressão da ditadura, desqualificar o grupo que esteve na direção do sindicato nesse período parece a única avaliação possível. No contexto do final dos anos 1970 e início dos anos 1980, a retomada progressiva da democracia abria espaço para críticas mais contundentes ao grupo que permanecia ocupando cargos no Sindicato dos Gráficos. Este também era o momento propício para a criação de uma oposição disposta a lutar pelo poder dentro da entidade.

Considerações finais

Durante a realização de nossa pesquisa, entrevistamos gráficos de diferentes filiações políticas e com trajetórias sindicais que permitiram a permanência em instâncias diversas da estrutura sindical da categoria até os dias atuais. Alguns dos entrevistados romperam com o sindicato e, isolados do grupo, reconstruem a memória de 1964 questionando a ação política de lideranças sindicais que teriam se omitido no enfrentamento da ditadura. Outros gráficos classificam o trabalho "silencioso" como o único possível no pós-1964. O consenso é construído em raros momentos, como durante as narrativas sobre o período na prisão e os momentos de tortura. Os episódios de violência na prisão são representados por um silêncio que resume o sofrimento de muitos militantes políticos.

Quais memórias são construídas pelos gráficos sobre esse período? Para os operários que propuseram uma mudança na direção sindical em 1963, o golpe é um momento de reavaliação das práticas sindicais e de busca por um novo espaço na militância política. Para a polícia política, era o momento para "caçar" os "comunistas". Como havia pouca margem para não ser enquadrado nessa categoria, militantes que são descritos pelos entrevistados como "pouco ideológicos" são cassados e afastados do sindicato. Por outro lado, um grupo de militantes interpreta o momento como propício para permanecer e fortalecer a identidade sindical, mesmo diante das adversidades impostas pelo golpe, sendo por isso considerado "carreirista" por outros militantes.

O conjunto de trabalhadores gráficos que analisamos neste texto define sua identidade, sobretudo, pelo pertencimento a uma categoria específica de trabalhadores. Contudo, as práticas desses atores sociais não podem ser homogeneizadas. Diferenças geracionais e de inserção na militância político-partidária também fizeram parte da construção da memória e da identidade desses personagens. Portanto, a memória do golpe civil-militar reconstruída por esses trabalhadores deve ser entendida a partir dos conflitos e consensos políticos construídos dentro da própria categoria e a partir do tipo de experiência que esses atores sociais vivenciaram em uma conjuntura histórica específica. Analisar a memória do trabalho e dos trabalhadores considerando os conflitos sociais como parte do contexto e não como um fator externo é fundamental para novas e importantes abordagens sobre o tema. Nesse sentido, considerar a memória social e a identidade como elementos desse processo é essencial.

Referências

- 7 DE FEVEREIRO. 1969. Rio de Janeiro, jan-fev.
- AQUINO, M.A. 1999. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru, EDUSC, 269 p.
- BLASS, L.M. 1986. *Imprimindo a própria História: movimento dos trabalhadores gráficos de São Paulo no final dos anos 20*. São Paulo, Edições Loyola, 127 p.
- CASTRO, N.; AGIER, M. 1995. Projeto operário, projetos de operários. In: N. CASTRO; M. AGIER; A.S. GUIMARÃES, *Imagens e Identidades do trabalho*. São Paulo, Editora Hucitec, p. 113-148.
- CORREIO DA MANHÃ. 1968. Governo mantém 18 sindicatos sob intervenção. Rio de Janeiro, 6 de abr., p. 8.
- EVANGELISTA, H. de A. 1998. *A fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Aperj, 214 p.
- FOLHA ONLINE. 2004. Saiba quem foi Leonel Brizola. *Folha Online*, 21 jun. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u61836.shtml>. Acesso em: 10/06/2010.
- HALBWACHS, M. 1990. *Memória Coletiva*. São Paulo, Edições Vértice/Editora Revista dos Tribunais Ltda, 197 p.
- JORNAL DO BRASIL. 1969. Passarinho afasta líderes sindicais porque eles não "garantiram a disciplina". Rio de Janeiro, 27 fev., p. 15.
- MARTINHO, P. 1996. O populismo sindical: um conceito em questão. In: M.H. REIS; P. FRY (org.). *Política e cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas*. São Paulo, ANPOCS/Hucitec, p. 150-172.
- NOTÍCIAS GRÁFICAS. 1963. Renovação. Rio de Janeiro, set., p. 3.
- O GRÁFICO. 1981. Chumbada Gratificante. Rio de Janeiro, jul., p. 1.
- PENNA, L. de A. 1999. *República Brasileira*. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 383 p.
- POLLAK, M. 1992. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, 10(fascículo):200-212.
- REIS, D. A. 2005. *Ditadura Militar, esquerda e sociedade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 84 p.
- SANTANA, M.A. 1999. Política e História em Disputa: "O 'Novo Sindicalismo' e a idéia da Ruptura com o Passado". In: I.J. RODRIGUES (org.), *O Novo Sindicalismo Vinte Anos Depois*. São Paulo, Editora Vozes, p. 133-161.
- SANTANA, M.A. 2009. Trabalhadores, sindicatos e ditadura militar. In: C. FICO; M.P. ARAUJO, 1968: 40 anos depois: história e memória. Rio de Janeiro, 7 Letras, p. 150-167.
- SANTOS, M.S. dos. 2003. *Memória Coletiva e Teoria Social*. São Paulo, Annablume, 208 p.
- TRIBUNA SOCIALISTA (Órgão de Comunicação do PDT). 1984. Um chamado à corporação dos gráficos. Rio de Janeiro, mar., p. 2.
- VELHO, G. 1999. *Projeto e Metamorfose: antropologia das Sociedades Complexas*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 137 p.
- VOZ DO GRÁFICO. 1968. 7 de Fevereiro. Rio de Janeiro, jul.-ago. p. 1.
- VOZ DO GRÁFICO. 1963. Reuniões nos bairros. Rio de Janeiro, ago. p. 2.

Fontes primárias

- Nilton Domingues Pedrosa. 2008. Entrevista concedida à autora em 30/09/2008.
- Edilberto Silva. 2008. Entrevista concedida à autora em 09/12/2008.
- Jairo dos Santos. 2010. Entrevista concedida à autora em 14/09/2010.
- Valdir Fraga Junior. 2010. Entrevista concedida à autora em 17/10/2010.